

XIII -

O PÚBLICO E O PRIVADO NA EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E NAS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORDESTE

Antônio Cabral Neto

A Pós-Graduação no Brasil se organiza, inicialmente, de forma majoritária sob a égide do setor público, mas, nas últimas décadas, nota-se um aumento considerável da atuação da iniciativa privada nesse nível educacional. O quadro atual indica uma expansão substancial no número de programas, de matrículas nos níveis de mestrado e doutorado nas diferentes regiões do país, com a participação dos setores público e privado. Esse trabalho desenvolve, portanto, uma análise com o intuito de compreender o processo de evolução da pós-graduação *stricto sensu* no país, no período 2013-2016. Nesse sentido, foram sistematizadas informações sobre a expansão dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, sobre as matrículas e sobre os titulados, considerando a situação em nível de país e das regiões Centro-Oeste e Nordeste, por categoria administrativa. Os dados utilizados neste trabalho foram sistematizados no âmbito do Projeto Integrado de Pesquisa “Expansão e qualidade da educação superior no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024): Tensões, limites e perspectivas”, financiado pelo CNPq / UFG/UFRN.

Os resultados do estudo, no que concerne ao número de programas de pós-graduação, revelam que, no período 2013-2016, ocorreu um crescimento de 17,0% no país, sendo que o maior percentual foi verificado no ano de 2016 (6%). Quando se desmembram os dados por categoria administrativa no mesmo período o quadro configurado é o seguinte: o setor público cresceu 17% enquanto o privado, 19%. O maior crescimento tanto no setor público quanto no setor privado foi constatado, no ano de 2016, sendo que, na iniciativa privada, o aumento foi 8%, portanto, superior àquele verificado no setor público (6,0 %). No ano de 2016, o setor público detinha 81,37% dos programas de pós-graduação, enquanto a iniciativa privada, 18,63%; esse dado comparado com a situação, em 1998, quando o setor privado era responsável por, apenas, 9,5% dos programas de Pós-Graduação no país e setor

público por 90,5%, confirma-se, então, a tendência de aceleração da participação desse setor na composição geral da pós-graduação brasileira.

Na Região Centro-Oeste, no período 2013-2016, tem-se uma situação similar àquela verificada no país, quando se considera o crescimento total dos cursos de pós-graduação, cujo índice foi de 17%. Entretanto, quando se consideram as categorias administrativas, constata-se que o crescimento, no setor público, foi um pouco maior do que a média nacional (17%) visto que ficou no patamar de 18% e o aumento do número de programas no setor privado ficou aquém da média do país (19%), considerando que o índice foi de, apenas, 10%, portanto, 9 pontos abaixo da média nacional. Cabe observar que embora o índice da região Centro-Oeste seja menor do que a média nacional, o crescimento ocorrido, no ano de 2016, em relação a 2015, foi de 16%.

No que concerne à Região Nordeste, consta-se que o crescimento dos programas de pós-graduação foi mais acentuado do que aquele verificado em nível de país (17%) e, também, da Região Centro-Oeste (17%). No Nordeste, o crescimento, no período analisado, foi de 20%, portanto 3 pontos percentuais acima dos índices do país e da Região Centro-Oeste.

Na Região Nordeste o crescimento no setor público foi de 18%, portanto igual ao verificado na Região Centro-Oeste e um pouco acima da média nacional (17%). No que se refere ao setor privado, na Região Nordeste, registra-se um aumento bastante diferenciado no número de programas de pós-graduação (46%) quando comparado com o quadro nacional (19%) e, também, da Região Centro-Oeste (10%). Essa tendência de crescimento do setor privado, na Região Nordeste, vai se acentuando a partir do ano de 2015, quando apresentou um crescimento de 13%, em relação ao ano de 2014, e de 22% no ano de 2016.

Esse processo de expansão da pós-graduação no país é fruto, sobretudo, de políticas governamentais que têm procurado ampliar a formação pós-graduada, como uma das estratégias para fomentar a formação de pesquisadores, com o intuito de ampliar a produção do conhecimento, sobretudo, nas áreas estratégicas, tendo como fulcro situar melhor o país nas relações de competitividade internacional. É também evidente a busca de criar alternativas políticas nacionais para a redução das assimetrias regionais que são marcas da realidade brasileira.

No geral, pode-se afirmar que, no que diz respeito aos programas de pós-graduação, verifica-se uma tendência de expansão da pós-graduação brasileira no período de 2013 a 2016. Os dados revelam que o setor público detém o maior número de programas de pós-graduação tanto em nível de país quanto das Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Entretanto se observa que a iniciativa privada vem aumentando o seu raio de atuação nesse nível educacional de forma mais marcante, nos últimos anos.

Como lembram Cabral Neto e Castro (2018), notadamente, a partir do V PNPG (2005-2010) e VI PNPG (2011 – 2020), o governo brasileiro tem lançado Editais e programas de Cooperação Interinstitucional como estratégia privilegiada para a otimização dos recursos para a área da formação pós-graduada. Como parte dessa política, podem ser citados os programas financiados pela Capes: Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), o Programa Qualificação Institucional (*PQI*), Mestrado Interinstitucional (*Minter*) e Doutorado Interinstitucional (*Dinter*). Esses programas tinham como fito aumentar a cobertura, principalmente, nas regiões onde ainda havia uma grande carência de cursos de Pós-graduação. Essas redes de cooperação interinstitucional, na perspectiva do PNPG (2011-2020), como assinalam Cabral Neto e Castro (2018), seriam importantes para a nucleação mais equilibrada de cursos e grupos de pesquisa no território nacional e para a formação de recursos humanos em áreas do conhecimento em regiões carentes e em instituições emergentes. Esses programas, certamente, contribuíram para o fortalecimento dos programas de pós-graduação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste. Concomitante a esses programas, foram concebidos outros voltados para internacionalização e mobilidade de pesquisadores como, por exemplo, o Ciências sem Fronteiras e, mais recentemente, o Programa Institucional de Internacionalização (Print).

Outro movimento que impactou o aumento da oferta de cursos de pós-graduação foi a inserção da iniciativa privada, ocorrida pela flexibilização dos marcos legais que propiciaram a diversificação de cursos tais como mestrados e doutorados profissionais. São cursos de menor duração e com menos exigências acadêmicas e, substancialmente, vinculados às demandas produtivas. É também relevante registrar que se inicia um processo de ampliação dos espaços formativos em nível de pós-graduação fora das universidades tradicionais, criando, assim, novos cenários formativos (Universidades corporativas, por exemplo). Além disso, registra-se uma atuação dos grandes conglomerados privados na oferta da pós-graduação *stricto sensu*, explorando, agora, novos nichos de mercado para aumentar as possibilidades de ampliação dos lucros no mercado educacional, movimento já presente em nível de graduação.

Em relação às matrículas da pós-graduação o crescimento em nível de país, no período de 2013 a 2016 foi de 21%. O crescimento mostrou certa regularidade visto que, nos anos de 2014 e 2015, o índice ficou em 7%, ocorrendo, em 2016, uma discreta queda, passando para 6%. Quando se consideram as categorias administrativas, constata-se um

comportamento muito semelhante, porque as matrículas, no setor público, cresceram 22%, enquanto, na iniciativa privada, 20%. Esses dados configuram uma situação que demarca o avanço do setor privado nas matrículas na pós-graduação nos últimos anos no país em comparação com os anos anteriores quando esse setor representava pouca atuação nesse nível educacional. Embora o setor privado venha ampliando a sua atuação na pós-graduação no país o setor público detém, ainda, uma grande maioria das matrículas. No ano de 2016, as matrículas públicas ficaram no patamar de 225.991 (84,6) alunos e, na iniciativa privada, apenas, 40.844 (15,4%).

Na Região Centro-Oeste, o crescimento das matrículas, na pós-graduação, foi de 28%, no período 2013-2016, portanto, 7 pontos percentuais acima da média nacional (21%); o maior crescimento foi constatado no ano de 2015 (9%). Essa região, embora tenha apresentado um crescimento maior nas matrículas, do que a média nacional detém, apenas, 6,98% do seu total, mas comparada com a situação de 1998, que tinha uma participação de 3,1% observa-se um aumento considerável da sua participação no quadro do país. (CABRAL NETO; CASTRO, 2018).

Relativamente à forma como essas matrículas se distribuem nas categorias administrativas, consta-se que o crescimento mais significativo ocorreu no setor público com percentual de 29%, tendo a iniciativa privada aumentado as suas matrículas em 14%. Essas médias de crescimento da Região Centro-Oeste indicam que o aumento, na iniciativa privada, nessa região no período 2013- 2016 foi de 6 pontos percentuais menor do que a média nacional que ficou em 20% e 7 pontos percentuais maior no setor público (22%).

Na Região Nordeste o quadro da expansão das matrículas na pós-graduação está, assim, configurado. No período 2013-2016, a matrícula na pós-graduação, nessa região, cresceu 29%, portanto, acima da média nacional (21%) e do Centro-Oeste (28%). Nesse período, o crescimento mais acentuado verificou-se no ano de 2016 (11%). Essa região congregava, em 2016, 18,6% das matrículas da pós-graduação do país, percentual mais alto do que o relativo à Região Centro-Oeste (6,98%). A participação do Nordeste na composição do quadro da pós-graduação no país, em 1998, era de 8,2% (CABRAL NETO; CASTRO, 2018), significando que houve, em relação ao ano de 2016, um importante aumento de 10,4 pontos percentuais.

A expansão das matrículas no Nordeste, considerando as categorias administrativas, apresenta a seguinte situação: o setor público cresceu, no período, 28%, enquanto a iniciativa privada, 51%. A média de crescimento, no setor privado no Nordeste, é, portanto, bem mais

acentuada (23 pontos percentuais) do que no setor público e muito superior à média nacional (20%) e, também, superior à média da Região Centro-Oeste (14%). Chama atenção o fato de o setor público ter, em 2016, aumentado a sua matrícula em, apenas, 10% enquanto a iniciativa privada atingiu 18% crescimento. Esse quadro relativo à região Nordeste indica que ela vem configurando um espaço importante de atuação do setor privado que busca novos nichos de valorização do capital no mercado educacional em nível de pós-graduação. Constata-se, nos últimos anos, a presença, na região, de grandes conglomerados privados, atuando no campo da educação e, mais recentemente, no nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Relativamente ao número de doutores e mestres titulados os dados evidenciam que o número de titulados em nível de pós-graduação no país vem aumentando de forma significativa no período analisado, passando de 67.534 em 2013, para 80.278 em 2016, incluindo mestres e doutores, representando, desse modo, um aumento de 19%. Cabe ressaltar que o setor público é o grande responsável pela formação pós-graduada no país visto que, em 2016, representava 82,3%, enquanto a iniciativa privada respondia por, apenas, 17,7% dos titulados. Embora se constate essa prevalência do setor público na titulação de mestres e doutores, cabe registrar que o setor privado vem, nos últimos anos (2013-2016), apresentando crescimento superior ao setor público; a iniciativa privada cresceu 26%; o setor público, 17%.

A contribuição da Região Centro-Oeste, na composição geral do número de titulados no país, em 2016, foi de, apenas, 7,3% e da Região Nordeste, 17,2%. As duas regiões contribuem com 24,5% na composição geral do número de titulados, significando que as demais regiões do país concentram 75,5% dos titulados. Esse quadro expressa a persistência das assimetrias regionais na oferta da pós-graduação no país. Esse fenômeno foi amplamente demonstrado na literatura da área e recentemente registrado em estudo realizado por Cabral Neto e Castro 2018. Os autores constam que a região Sudeste, em 2016, concentrava 44,8% de todos os programas de pós-graduação do Brasil e a Região Sul, 22,2%. Essas duas regiões congregam, portanto, 67% do total dos programas do país.

Outro dado que chama a atenção diz respeito ao aumento significativo da participação da iniciativa privada na titulação na Região Nordeste que cresceu 28% no período de 2013-2016; nesse mesmo intervalo de tempo, o crescimento no setor público foi de 17%. Isso representa um crescimento mais acelerado do que a média nacional (26%) e da Região Centro-Oeste (21%). O crescimento da participação do setor privado na titulação pós-graduada, na região Nordeste, foi influenciado não, apenas, pelo aumento do número de

programas e matrículas, mas também pela sua inserção tardia em relação às demais regiões do país na oferta de cursos de pós-graduação.

A partir dessas constatações conclui-se que a pós-graduação brasileira vem, nos últimos anos, apresentando um extenso processo de expansão e consolidação, orientada por políticas induzidas a partir, principalmente, dos Planos Nacionais de Pós-Graduação em articulação com os Planos Nacionais de Educação e com as Políticas de Ciência e Tecnologia, reforçando a premência do país em direcionar mais investimentos para a formação de quadros profissionais de alta qualificação acadêmica, para a produção de pesquisa de ponta, tendo como objetivo a inserção competitiva do país nas relações globalizadas, sem as quais o país não superaria a sua posição secundária na divisão internacional do trabalho. Embora o país tenha implementado várias iniciativas nessa direção, situa-se, ainda, em desvantagem comparativamente com os países desenvolvidos, quando se compara o número de doutores e mestres em relação à população.

Constata-se que, embora a Pós-Graduação brasileira tenha sinalizado um vultoso crescimento nos últimos anos, e tenha praticamente atingido as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) no que se refere ao percentual de mestres e doutores na educação superior e ao número de títulos concedidos nos seus diferentes níveis, ainda persistem problemas críticos motivados pela demanda existente e pelas assimetrias entre as regiões do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014-2016.**

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018.** – Brasília, DF : Inep, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação.** PNPG 2011 -2020. Brasília, DF: 2010.

CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Educação superior no Brasil: disputas e tensões no processo de expansão pós-LDB. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB 1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa.** São Paulo: Cortez, 2018, p. 207-236.

Projeto Integrado de Pesquisa “Expansão e qualidade da educação superior no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024): Tensões, limites e perspectivas”, financiado pelo CNPq/UFG/UFRN.